



RELATÓRIO DE GESTÃO DA PRESIDÊNCIA

Desembargador
Marcos Lincoln dos Santos

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
18 de junho de 2021 a 15 de junho de 2022



Com alegria apresento este relatório com as principais iniciativas e projetos executados ao longo do período em que estive à frente da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, de 18 de junho de 2021 a 15 de junho de 2022. Superamos metas e cumprimos os objetivos com planejamento e equilíbrio orçamentário.

Ao assumir a Presidência do Tribunal, estava consciente de que um grande e importante trabalho me aguardava: organizar o pleito de 2022 e, ainda mais, preparar a instituição para os desafios que terá pela frente.

Buscamos melhorias na gestão, promovemos ações de cidadania e responsabilidade social e atuamos no relacionamento institucional. Servimos à sociedade com as eleições suplementares e parametrizadas.

A todas e a todos que colaboraram para alcançarmos os objetivos a que nos propusemos, deixo o meu agradecimento. Este relatório traz o registro desse período produtivo, de muito trabalho, dedicação e superação de desafios, tudo com o olhar voltado para o interesse público e o fortalecimento do processo democrático.

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos



GESTÃO

Modernização administrativa

Em agosto de 2021 foi aprovada a reestruturação para modernização administrativa do Tribunal, com mudanças na Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, Diretoria-Geral, Secretarias e Coordenadorias. A nova estrutura organizacional incluiu o remanejamento, criação, alteração de denominação e extinção de unidades e seções de todo o Tribunal.

As mudanças começaram com o remanejamento da Secretaria Judiciária (SJU), que passou a se chamar Secretaria Judiciária e Administrativa (SJU), antes vinculada à Diretoria-Geral, para a Presidência. Incluiu, ainda, a transferência da Assessoria Jurídica da Presidência (APRE) para a nova SJU, que também passou a contar com a nova Assessoria de Relacionamento Institucional e Cerimonial – ARIN. Foram extintos o Gabinete da Assessoria Jurídica da Presidência (GAPRE) e a Seção de Cerimonial (SECER), que antes fazia parte da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS).

Na estrutura da Corregedoria Regional Eleitoral, foram criadas a Assessoria Jurídica da Corregedoria (ACRE), a Coordenadoria de Inspeção e Orientações às Zonas Eleitorais (CZE), da qual passou a fazer parte a Seção de Procedimentos Judiciários (SEJUD), que antes integrava a SJU. Foram criados ainda o Gabinete da Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (GSCRE) e o Foro Eleitoral de Belo Horizonte – FEBH, que passou a ter uma estrutura administrativa vinculada à Vice-Presidência e Corregedoria. Com isso, foram extintas a Coordenadoria Jurídica – CJU, a Seção de Feitos Administrativos – SEFAD e a Seção de Feitos Eleitorais – SEFEL. A Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral e de Assuntos Judiciários e Correccionais passou a se chamar Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral – CGC.

A Escola Judiciária Eleitoral (EJEMG) passou a ter uma Seção de Gestão de Benefícios por Capacitação (SGCAP).

Na estrutura da Diretoria-Geral da Secretaria foram criados o Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios Eleitorais – NACEL e Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – AJDG. Foram extintas a Coordenadoria Jurídica da Diretoria-Geral – COJ, a Seção de Análise Jurídica de Contratações – SAJUR, a Seção de Análise Jurídica de Pessoal – SAJUP e a Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral – AADG.

A Secretaria de Gestão da Informação e de Atos Partidários (SGI) passa a se chamar Secretaria de Gestão de Atos Eleitorais e Partidários (SGE), com dois núcleos: o Núcleo de Mesários e Central das Eleições (NUMEC) e o Núcleo de Apoio Jurídico Administrativo à Eleição (NAJEL).

Na Secretaria de Orçamento e Finanças, foi criado o Núcleo Setorial Contábil (NSECO) subordinado à Coordenadoria Contábil e Financeira.

Na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), foram criadas a Seção de Comissionamento e Anotações de Magistrados e Promotores (SECOM) e a Seção de Promoção da Saúde e Perícias (SEPER). Houve também remanejamentos de seções.

Além dessas mudanças, houve reformulação nas estruturas da Coordenadoria de Comunicação Social e da Secretaria de Tecnologia da Informação, cujos setores foram atualizados e receberam novas denominações.



Novo Planejamento Estratégico



Garantir à sociedade que o processo eleitoral seja legítimo, confiável e imparcial. Com essa missão, foi lançado, em setembro de 2021, o Planejamento Estratégico (PETRE) para o ciclo 2021-2026.

O novo PETRE foi elaborado por um grupo de trabalho formado por integrantes de diferentes unidades da Secretaria e de cartórios eleitorais. Além de uma nova missão, ele também trouxe definições atualizadas de visão e valores para o Tribunal. E apresenta 11 objetivos estratégicos, associados a quatro perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Recursos, Aprendizagem e Crescimento).

A missão é a razão de ser de uma instituição. A visão de futuro indica o que a organização quer alcançar. Já os valores são os princípios e as crenças que servem como parâmetros para a atuação da instituição e de suas colaboradoras e colaboradores.

Os objetivos estratégicos sintetizam o que a organização pretende buscar ao longo da vigência de seu Plano Estratégico, assim como os desafios principais a serem enfrentados para o alcance da sua visão de futuro e para o cumprimento da sua missão. Para cada objetivo, são associados indicadores estratégicos de resultado, utilizados para medir o desempenho ou performance da organização.

Construção do PETRE

Ao longo de dois meses, foram realizadas quase 30 reuniões. O trabalho começou com a avaliação dos resultados de uma pesquisa realizada com os públicos interno e externo a respeito do direcionamento estratégico do TRE. Ela foi um dos referenciais para o grupo atualizar a missão, visão e valores para o TRE.

A etapa seguinte foi a construção dos objetivos estratégicos. Depois, foram elaboradas sugestões de indicadores para cada objetivo. A validação deles e a definição dos projetos estratégicos foram feitas em conjunto com as unidades do Tribunal, com a participação de cerca de 80 servidoras e servidores.

Novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

Também foi aprovado, em agosto de 2021, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o ciclo 2021-2026. O PDTIC é alinhado aos objetivos estratégicos do TRE e visa direcionar de forma efetiva e eficaz os esforços da Secretaria de Tecnologia da Informação nos próximos seis anos.

De modo transparente, o plano visa a informar o que, quando e por quem as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação devem ser realizadas, respeitadas as prioridades estabelecidas e os recursos existentes, buscando sempre a geração de entregas que tenham valor estratégico para o Tribunal.

Apoio virtual eleitoral

Em dezembro 2021 foi aprovada Resolução nº 1.197/2021 que criou um grupo de Apoio Virtual Eleitoral. O programa visa prestar auxílio jurídico e administrativo às unidades administrativas da Secretaria e às zonas eleitorais do Tribunal. A iniciativa tem como foco a necessidade de equilibrar a força de trabalho, diante da sazonalidade de algumas atividades, realização de projetos específicos ou para auxiliar zonas eleitorais com déficit de pessoal.

As servidoras e servidores que integram o Apoio Virtual trabalham remotamente e, como já tem conhecimento sobre a rotina cartorária, atuam plenamente no apoio às demandas de trabalho internas.

Novo Plano de Logística Sustentável



Pela Portaria nº 372/2021, publicada no dia 14 de outubro de 2021, foi aprovado o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para o período 2021-2026. O PLS atende ao previsto na Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

O Plano de Logística Sustentável elencou novos modelos de gestão e fortalecimento das práticas de sustentabilidade. O PLS engloba planejamento, responsabilidades, ações, metas, indicadores, prazos de execução e mecanismos de monitoramento destinados a avaliar as iniciativas relacionadas à sustentabilidade e ao uso racional de bens e recursos, que estão diretamente vinculados ao alcance dos objetivos institucionais do TRE-MG.

O Plano levou em consideração os eixos ambiental, econômico, social e cultural. O objetivo principal é dar continuidade às ações já efetivadas no primeiro Plano de Logística Sustentável do TRE-MG, elaborado para o período de 2016 a 2021, e trazer inovações em relação ao assunto.

Alguns indicadores têm relação direta com os servidores, tais como capacitação socioambiental e qualidade de vida no trabalho, importantes para conscientização e adesão desse público. Outros indicadores têm relação com bens e insumos, como a redução no consumo de água encanada, de água envasada em embalagem plástica, de copos descartáveis, de papel e, ainda, a gestão de resíduos. Em outros produtos e serviços, busca-se a racionalização de gastos, como produtos de limpeza, energia elétrica, veículos, combustíveis e telefonia.

Um item que já vinha sendo aplicado anteriormente agora foi formalmente incluído no novo PLS, devido à sua importância: as aquisições e contratações sustentáveis. Sempre que for possível, as aquisições e contratações a serem feitas pelo TRE devem observar critérios de sustentabilidade definidos pelos organismos oficiais.

Acordo de cooperação mútua com a CEMIG

No início de junho de 2022, foi assinado acordo de cooperação mútua com a Cemig Distribuição S.A., com o objetivo de desenvolver ações de eficiência energética, tais como a substituição de lâmpadas e luminárias ineficientes por lâmpadas e luminárias LED, bem como capacitação do público interno da instituição, visando à disseminação da cultura de consumo consciente, racional, eficiente e sustentável dos recursos energéticos.

O presidente do TRE, desembargador Marcos Lincoln, disse que a parceria com a Cemig faz parte das iniciativas pensadas para que a gestão do TRE seja sustentável, eficiente e moderna.



Adesão ao Programa contra a Corrupção

A partir de outubro de 2021 o TRE-MG passou a utilizar a plataforma e-Prevenção, um sistema voltado à consultoria que, entre outras coisas, permite ao gestor conhecer e adotar boas práticas de prevenção à corrupção. A plataforma faz parte do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O sistema e-Prevenção é uma plataforma contínua de autosserviço e autodiagnóstico, por meio da qual o gestor tem a oportunidade de avaliar sua instituição, identificando os pontos mais suscetíveis a falhas. A partir do diagnóstico, o gestor tem acesso a um plano de ação específico, que apresentará sugestões e propostas adequadas às necessidades da sua entidade para implementar boas práticas e evitar a ocorrência de fraude e corrupção.

Em meados de novembro, os planos de ação passaram a ser enviados aos órgãos que preencheram o questionário de avaliação da plataforma. A partir daí eles alimentam o sistema à medida que implementam ações de melhoria. Futuramente, serão feitos novos diagnósticos, para avaliar essas melhorias.

O PNPC é uma proposta inovadora adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pela Rede de Controle da Gestão Pública, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O programa, lançado oficialmente no dia 23 de junho de 2021, usa como base cinco mecanismos de combate à corrupção:

- prevenção, para evitar fraudes;
- detecção, para localizar casos assim que eles ocorram;
- investigação, que analisa casos de corrupção;
- monitoramento, voltado aos casos já ocorridos, para que sirvam como melhoria em todo sistema de prevenção de combate à corrupção;
- correção, para punir casos ocorridos.

Criação de uma unidade de Integridade e Compliance

Com o objetivo de cumprir as normas estabelecidas pelos órgãos de controle, acompanhar metas e indicadores relativos à ética e integridade na instituição e evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou inconformidades que possam ocorrer, também foi criado, em maio de 2022, um Núcleo Estratégico de Integridade e Compliance.



Essa é a primeira vez que um tribunal eleitoral tem uma estrutura desse tipo, tratando-se de uma inovação.

Sentenças Judiciais de 1º Grau

Um grande passo também foi a disponibilização de um banco de sentenças de primeira instância na intranet. O sistema já está disponível na intranet e pode ser acessado na aba Jurídico, links Jurisprudência / Sentenças de primeira instância.

O sistema de consulta interna permite o acompanhamento das decisões dos juízes eleitorais – publicadas no Processo Judicial Eletrônico (PJe) e é feita automaticamente pelo sistema. A pesquisa é feita por campos de busca, o que facilita e otimiza a recuperação dos documentos.

Revisão do Rezoneamento

Em dezembro de 2021 foi instituído, pela Portaria nº 430/2021, um Grupo de Trabalho com a finalidade de fazer uma revisão do zoneamento eleitoral de 2017, com alterações pontuais nos anos posteriores. O objetivo do trabalho foi o de analisar a situação das zonas eleitorais e verificar eventuais incorreções relacionadas a distância, distribuição de eleitorado, municípios por zona eleitoral, estrutura dos cartórios, entre outros.

Os estudos foram finalizados em fevereiro de 2022 e na sessão da Corte Eleitoral de 1º de junho, foi aprovada a resolução que altera a vinculação de 12 municípios e transfere a sede de duas zonas eleitorais.

No quadro abaixo, estão relacionados os municípios que foram remanejados para novas zonas eleitorais, com a respectiva zona de origem.

MUNICÍPIO REMANEJADO	ZONA DE ORIGEM	ZONA DE DESTINO
Bocaina de Minas	306ª ZE – Itamonte	6ª – Aiuruoca
Dom Viçoso	99ª ZE – Cristina	259ª ZE – São Lourenço
Ipiacu	141ª ZE – Ituiutaba	302ª ZE – Capinópolis
Piranguçu	51ª ZE – Brazópolis	134ª ZE – Itajubá
Santa Cruz de Salinas	175ª ZE – Medina	244ª ZE – Salinas
Santa Maria de Itabira	113ª ZE – Ferros	132ª ZE – Itabira
Santana do Garambéu	162ª ZE – Lima Duarte	23ª ZE – Barbacena
Santo Antônio do Aventureiro	170ª ZE – Mar de Espanha	7ª ZE – Além Paraíba
São João Batista do Glória	10ª ZE – Alpinópolis	209ª ZE – Passos
São José do Divino	169ª ZE – Mantena	136ª ZE – Itambacuri
São Sebastião do Rio Verde	259ª ZE – São Lourenço	306ª ZE – Itamonte
São Vicente de Minas	346ª ZE – Cruzília	14ª ZE – Andrelândia

As transferências de sede aprovadas foram:

- 55ª ZE, de Botelhos para Cabo Verde;
- 137ª ZE, de Itanhandu para Passa Quatro.

As alterações foram cuidadosamente estudadas e avaliadas pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 430/2021, criado com a finalidade de fazer uma revisão do zoneamento eleitoral de 2017. O grupo multidisciplinar avaliou 315 solicitações recebidas e também considerou os dados atuais de eleitorado apto e população dos municípios envolvidos.

As análises foram feitas a partir de critérios técnicos estabelecidos pelo TSE (Resoluções 23.422/2014 e 23.520/2017) para a organização e funcionamento das zonas eleitorais, com base na densidade demográfica da região/município, eleitorado mínimo e número máximo de municípios a serem abrangidos por cada zona eleitoral.

As mudanças propostas pelo grupo e aprovadas pela Corte Eleitoral priorizaram a manutenção do bom atendimento aos eleitores e o aperfeiçoamento da gestão dos cartórios eleitorais.

Sessões de julgamento

Em dezembro de 2021 foram instituídas as sessões de julgamento por meio eletrônico na Corte Eleitoral, para efetivar os princípios da celeridade e eficiência.

No período de 18 de junho de 2021 a 15 de junho de 2022 foram realizadas 91 sessões de julgamento e administrativas e julgados aproximadamente 2 (dois) mil processos judiciais na segunda instância.



VALORIZAÇÃO
DE MAGISTRADOS
E SERVIDORES

Medalha do servidor

No Dia do Servidor Público, em 28 de outubro de 2021, o presidente do TRE entregou a Medalha Levindo Coelho Martins de Oliveira à servidora Andréia Cordeiro de Toledo Arruda e ao servidor Euder Monteiro.

Andréia é servidora do TRE desde 1996 e, atualmente, trabalha no Gabinete da Presidência. Também já passou pela 31ª Zona Eleitoral, de Belo Horizonte; Assessoria Jurídica da Presidência e Gabinete da Diretoria-Geral.

Euder tomou posse no TRE em 1998 e é chefe de cartório da 140ª ZE, de Itaúna. Também já atuou na 33ª ZE, de Belo Horizonte; é membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição da Justiça Eleitoral de Minas Gerais e atua como formador e instrutor, nas modalidades presencial e a distância, em diversos cursos de formação direcionados a magistradas, magistrados, servidoras e servidores.

O desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE, parabenizou os agraciados e também todo corpo de servidores do Tribunal, ressaltando que “São as servidoras e os servidores que humanizam as instituições. Sem pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais seria apenas um conceito”.

O jurista Marcelo Vaz Bueno fez um pronunciamento em nome dos integrantes da Corte Eleitoral e destacou que eficiência, competência, probidade e zelo são características que representam bem os homenageados. Dirigindo-se a todas as servidoras e servidores, mencionou que “O trabalho executado por esta Justiça Especializada é fundamental para a concretização da Democracia em nosso País. Portanto, Vossas Senhorias são fundamentais para superarmos todos os desafios que os novos tempos nos impõem”.

A Medalha Levindo Coelho Martins de Oliveira foi instituída em fevereiro de 2021, pela Resolução 1.165/2021, com o objetivo de reconhecer publicamente o trabalho de servidoras e servidores que tenham contribuído de forma significativa para o

aperfeiçoamento e fortalecimento da Justiça Eleitoral mineira. A cada edição, são agraciados um representante dos cartórios eleitorais e um da Secretaria.

Nesta edição, por sugestão do presidente do Tribunal, foi realizada uma votação com a participação de servidoras e servidores do Tribunal, que puderam indicar quem eles consideravam que merecia a homenagem. O Conselho Consultivo da Medalha, formado pelo presidente do Tribunal, vice-presidente, diretor-geral e titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, definiram os agraciados entre os cinco mais votados de cada categoria.

Levindo Coelho Martins de Oliveira, patrono da homenagem, atuou na Justiça Eleitoral de 1965 a 2006. Foi servidor, membro efetivo da Corte Eleitoral mineira (classe dos juristas) e ocupou por duas vezes o cargo de diretor-geral - de 1992 a 1994 e de 2002 a 2006. Também foi diretor-geral do TSE entre 1995 e 1996, quando a urna eletrônica foi implantada.



A servidora Andréia Cordeiro de Toledo Arruda (à esquerda), Desembargador Marcos Lincoln e o servidor Euder Monteiro (à direita).

Campanha de valorização do servidor

Em outubro de 2021 o TRE-MG e o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sitraemg) assinaram um convênio para realização de uma campanha de valorização das servidoras e servidores da Justiça Eleitoral mineira. Assinaram o documento o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE-MG, e Lourivaldo Antônio Duarte, coordenador executivo do Sitraemg. Outros quatro representantes do Sitraemg e duas representantes da equipe de Comunicação do TRE também estavam presentes.

A campanha tem o slogan “Servidores da Justiça Eleitoral, uma equipe que merece o seu voto de confiança”. O objetivo é reforçar a certeza da população quanto à segurança e transparência do processo eleitoral, por meio da confiança nas pessoas que trabalham para garantir a realização de eleições seguras e legítimas. Também visa promover esclarecimentos quanto à atuação do TRE e a importância desse trabalho para a democracia.

No período de veiculação da campanha, que foi de um mês, houve publicação de posts nos perfis do TRE e do sindicato nas redes sociais, mídia em ônibus, divulgação em rádio, vídeos e imagens para distribuição por whatsapp e conteúdo para e-mail marketing. As peças gráficas e vídeos foram desenvolvidos pela Coordenadoria de Comunicação Social do TRE. A distribuição externa dos materiais da campanha foram feitas pelo Sitraemg e atingiu todas as regiões de Minas Gerais. Internamente, a Coordenadoria de Comunicação divulgou os conteúdos.

A sugestão de parceria para realização da campanha foi feita pelo Sitraemg, em razão de a Justiça Eleitoral, suas servidoras e servidores virem sofrendo críticas e ataques desde as eleições de 2018. Lourivaldo Duarte, diretor do sindicato, agradeceu o apoio do desembargador Marcos Lincoln e disse que “O Tribunal precisa abraçar o servidor para que ele se sinta seguro, e a campanha tem esse efeito. É muito importante o reconhecimento do trabalho dos servidores”.

O presidente do TRE parabenizou todos os envolvidos na elaboração da campanha e reforçou seu compromisso de sempre escutar as reivindicações dos servidores e estudar a melhor forma de atendê-las.



Visitas ao Centro de Apoio/unidades

Logo no início do mandato, em julho de 2021, o desembargador Marcos Lincoln dos Santos fez questão de visitar o Centro de Apoio do Tribunal para conhecer as atividades desenvolvidas e a equipe que trabalha lá.

É nesse ambiente que a equipe da Seção de Urna Eletrônica e Logística (SURNA) faz testes e manutenção nas cerca de 53 mil urnas eletrônicas utilizadas em Minas Gerais. A cada 4 meses, todas elas passam por verificações minuciosas e carga de bateria. Se algum problema de funcionamento é detectado, ele logo é corrigido.

O presidente do TRE interessou-se imediatamente por essa atividade. Conversou com as servidoras e servidores e pediu detalhes e esclarecimentos sobre os procedimentos que estavam sendo executados. O desembargador destacou o valor desse trabalho, desempenhado com tanto critério e cuidado, para a garantia da segurança do processo eleitoral.

No Centro de Apoio, o desembargador Marcos Lincoln também percorreu as áreas destinadas ao armazenamento, controle e distribuição de todo o material permanente e material de consumo utilizados na Secretaria e nas 304 zonas eleitorais mineiras. São cerca de 80 tipos de bens permanentes (como móveis e computadores, entre outros) e 300 tipos de bens de consumo (material de limpeza, itens de escritório, etc). O presidente do TRE se mostrou surpreso com a dimensão do lugar e a quantidade de itens existentes ali, elogiou a organização e a maneira como todos os bens do Tribunal são armazenados.

O desembargador conheceu, ainda, os trabalhos da gráfica do Tribunal. E fez questão de entrar em um dos ônibus TRE AQUI, utilizado nos atendimentos itinerantes da Justiça Eleitoral.



Desembargador Marcos Lincoln em visita ao Centro de Apoio.



Pesquisa de Clima Organizacional

pesquisa de **Clima** **organizacional 2021**

A pesquisa de Clima Organizacional realizada em 2021 apresentou resultados positivos em relação às edições anteriores, indicando que o trabalho na construção de um TRE melhor está sendo feito pela gestão.

A pesquisa foi aplicada por meio de um formulário disponibilizado na intranet, de 18/10/2021 a 12/11/2021, com uma amostra composta por 674 servidores (424 mulheres e 250 homens). Desses, eram 305 técnicos, 187 analistas e 182 requisitados/removidos/lotados provisoriamente, distribuídos entre Secretaria, cartórios da capital e cartórios do interior. O levantamento foi finalizado com 547 respondentes, atingindo-se a confiabilidade adequada para o resultado geral do TRE-MG (intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 3,64%).

O Índice de Satisfação Global (ISG) da Pesquisa foi de 86,15%. Foi atingida a meta prevista no Indicador 14 do PETRE para 2021, que era valor igual ou maior que 80%. Além disso, o ISG aumentou 1,85 ponto percentual em relação à última pesquisa, aplicada em 2017.



CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Projetos de cidadania (Conhecendo a JE, Roda de Conversa, Eleitor do Futuro)



CONHECENDO A
JUSTIÇA ELEITORAL

Por meio da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, o TRE-MG promove diversas iniciativas e projetos de cidadania.

O Projeto Conhecendo a Justiça Eleitoral, por meio de encontros telepresenciais, busca dialogar com a comunidade universitária sobre os seguintes temas eleitorais: história da Justiça Eleitoral e do voto no Brasil, estrutura e funções da Justiça Eleitoral, etapas do processo eleitoral, segurança e credibilidade do sistema de voto eletrônico e enfrentamento à desinformação. Desde junho de 2021 foram realizadas dezenas de ações com o público universitário.

O Projeto Roda de Conversa, feito em parceria com a Câmara Municipal de Belo Horizonte, consiste na promoção de encontros telepresenciais com estudantes de ensino médio para tratar dos seguintes temas: Estado Moderno e Tripartição do Poder; Poder Legislativo e suas funções; Noções de Política e de Democracia; Políticas Públicas; Mecanismos de Participação Popular; Primeiro Título de Eleitor; Segurança da Urna Eletrônica e Enfrentamento à Desinformação; Voto Branco, Voto Nulo e Abstenção; e Sistema Proporcional.

Já o Programa Eleitor do Futuro prevê a realização de dinâmicas sobre cidadania e política nas eleições e abarca três grandes projetos: Eleitor do Futuro – Zonas Eleitorais, Eleitor do Futuro – Inovação, Eleitor do Futuro – Extensão Universitária e Eleitor do Futuro – Formação de Professores. Em abril de 2022 foi realizado o projeto Formação de Formadores com o objetivo de capacitar servidoras e servidores, magistradas e magistrados para atuarem em ações de cidadania. Também foi feita uma edição especial para a entidade “Direito na Escola”, uma organização de advogadas e advogados que levam ações formativas ligadas ao Direito para estudantes.

Projeto jovens indígenas

Em novembro de 2021 também foi lançado o projeto Eleitor do Futuro – Jovens Indígenas, que visa mostrar a importância da participação dos indígenas no processo político. O projeto também busca conhecer os anseios dos jovens indígenas em relação à sua representatividade política e conferir protagonismo a eles, para que exponham suas percepções, expectativas e dúvidas sobre temas eleitorais.

Eleitor do futuro
jovens indígenas

Foram produzidos quatro vídeos, publicados no canal do TRE no YouTube. Eles contam com depoimentos de indígenas e a participação de representantes da Justiça Eleitoral, antropólogos e sociólogos, que falam sobre a importância da participação política das comunidades indígenas e apresentam informações sobre temas como cidadania e democracia.

Projeto de cidadania em aldeia indígena Maxakali

O TRE-MG promoveu, em maio de 2022, um treinamento de eleitores, por meio de uma eleição simulada, em duas aldeias indígenas localizadas em distritos próximos aos municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis, no Vale do Mucuri. Os indígenas votaram para os mesmos cargos em disputa nas Eleições Gerais de 2022, com as necessárias adaptações.

Para a eleição, foram criados três partidos fictícios a partir do universo indígena (grandes animais, pequenos animais e animais que voam). Já os candidatos foram representados por ilustrações feitas pelas comunidades, com escrita em português e na língua indígena maxakali, pois a maioria dos indígenas da região fala somente a própria língua, e alguns falam o idioma oficial do Brasil. Além disso, foram preparados cartazes com a lista de candidatos, a partir das ilustrações, e as chamadas “colinhas”, semelhantes às produzidas nas eleições oficiais. Com esse contato antecipado e as orientações dos servidores da Justiça Eleitoral, o grupo terá menos dificuldade de votar no dia do pleito.



Des. Marcos Lincoln, Des. Maurício Soares e servidoras e servidores da 4ª Zona Eleitoral de Águas Formosas



Des. Marcos Lincoln, o juiz eleitoral da 4ª Zona Eleitoral de Águas Formosas Matheus Moura Matias Miranda e indígenas Maxakali

O objetivo da iniciativa, uma das primeiras no País, é possibilitar aos eleitores o contato antecipado com a urna eletrônica e o procedimento de votação e, além disso, promover a participação política do grupo, para que tenham percepção de seus direitos. De acordo com o juiz da 4ª Zona Eleitoral de Águas Formosas, Matheus Moura Matias Miranda, responsável pelos municípios em que as comunidades estão localizadas, esses treinamentos são a efetivação de um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos dois anos com os grupos indígenas, que envolve não apenas a Justiça Eleitoral, mas outros órgãos como a Justiça Comum, o Ministério Público, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Polícia Civil.

“Fizemos várias visitas para acompanhar as necessidades das comunidades e oferecer os serviços da Justiça. Todo o projeto parte de demandas apresentadas pelos próprios indígenas”, explicou o juiz. Ao receber o pedido da comunidade para a realização de um treinamento dos eleitores indígenas, tendo em vista a quantidade de cargos em disputa nas próximas eleições (deputado federal, deputado estadual, senador, governador e presidente), o juiz entrou em contato com a Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais (EJE-MG). Daí surgiu a ideia de se preparar o sistema de treinamento com motivos do universo indígena, levar a urna para a localidade e montar a seção eleitoral, tudo como se fosse uma eleição oficial.

Para conhecer esse trabalho e valorizar esse tipo de iniciativa, os dirigentes do TRE-MG acompanharam todo o trabalho de treinamento na aldeia localizada no distrito de Água Boa, que pertence ao município de Santa Helena de Minas. Estiveram presentes o desembargador Marcos Lincoln, presidente do Tribunal, o desembargador Maurício Soares, vice-presidente e corregedor, a juíza Lívia Borba, diretora-executiva da EJE-MG, a desembargadora Shirley Fenzi Bertão e o juiz Paulo Tamburini, do TJMG. Servidores do cartório eleitoral de Águas Formosas fizeram o trabalho de orientação, montagem da seção de votação e o desenvolvimento dos trabalhos.

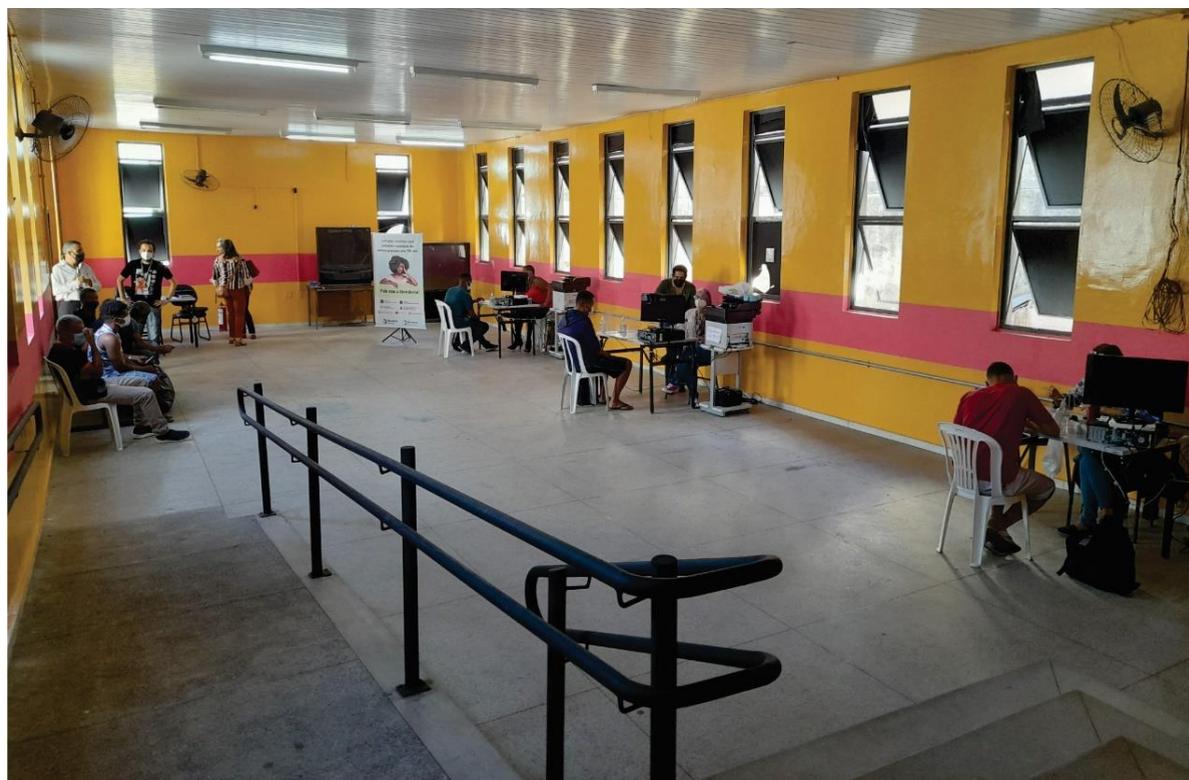


Des. Maurício Soares, Des. Marcos Lincoln, juiz eleitoral da 4ª Zona Eleitoral, Matheus Moura Matias Miranda, juíza Lívia Borba, diretora-executiva da EJE-MG, Des. do TJMG Shirley Fenzi Bertão e indígenas Maxakali

Atendimentos eleitorais a pessoas em situação de rua

O TRE-MG participou, em abril de 2022, do projeto “Rua de Direitos”, organizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para oferecer serviços à população de rua da capital mineira. O evento aconteceu no Centro Pop Leste, unidade da Prefeitura de acolhimento a moradores de rua.

Servidoras e servidores do TRE atenderam 97 pessoas para fazer a 1ª via do título de eleitor, impressão da segunda via, transferência e regularização do documento, além de darem orientações sobre os serviços da Justiça Eleitoral e a atuação da Ouvidoria do TRE como canal de atendimento aos cidadãos.



Atendimento à população de rua de Belo Horizonte

Atendimento a adolescentes de instituições de acolhimento

No início de abril, jovens de instituições de acolhimento foram atendidos na Central de Atendimento de Contagem para o alistamento eleitoral. A ação foi uma parceria entre a Defensoria da Infância e da Juventude de Contagem e o TRE, articulada pelo defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, que também é membro substituto da Corte Eleitoral.

Os adolescentes vieram de três entidades: Casa Viver Bem, Casa Aconchego e Casa Aquarela.

De acordo com Capanema, os jovens nessas instituições ainda estavam ausentes no processo eleitoral: “Dentro do programa de atendimento, nós providenciamos a documentação daquele adolescente, e eu reparei que sempre eles tinham a certidão de nascimento, a carteira de identidade, a carteira de trabalho, mas sem o título de eleitor”.

Pensando nisso, o convite foi feito para essas instituições, com o objetivo de dar voz aos adolescentes e promover uma maior participação deles no exercício da cidadania.



O defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida com jovens de instituições de acolhimento

Doação de veículos

O TRE-MG doou para instituições filantrópicas oito veículos que, por determinação legal, já não podiam mais fazer parte de sua frota. No início de maio, o presidente do TRE-MG, desembargador Marcos Lincoln, participou da entrega de um desses veículos, um Pálio Weekend, para a Associação Pai Misericordioso (APAM), em Boa Esperança, no Sul de Minas.

Além da APAM, o TRE de Minas Gerais doou veículos para mais sete instituições:

- Administrativo Moradia e Cidadania;
- Associação Comunidade Terapêutica Santa Catarina de Sena;
- OCIM — Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira;
- CAPE — Casa de Acolhida Padre Eustáquio;
- Prime Solidária;
- CEI Vovó Naly — Centro de Educação Infantil Vovó Naly;
- IBRPN — Igreja Batista Renovada Profetizando Nações.



Desembargador Marcos Lincoln faz a entrega de um Pálio Weekend para a Associação Pai Misericordioso (APAM)

Ouvidoria da Mulher

 **Ouvidoria** *da mulher* O desembargador Marcos Lincoln anunciou em dezembro de 2021 o lançamento do canal de atendimento “Ouvidoria da Mulher”. Ao assinar a portaria que instituiu o novo canal, o presidente destacou que o ato cria um atendimento “especializado no recebimento de demandas relativas a violência contra a mulher, no que se refere a igualdade de gênero, participação feminina e sobretudo na violência aos direitos políticos”.

A ouvidora do TRE-MG, juíza integrante da Corte Eleitoral Patrícia Henriques, visivelmente emocionada, agradeceu ao presidente o apoio na concretização dessa que foi uma grande conquista para a Ouvidoria do TRE-MG, que passou a dispor canal especializado para receber as demandas do público feminino.



Ouvidora do TRE-MG, juíza integrante da Corte Eleitoral Patrícia Henriques

Adesão à Campanha Sinal Vermelho

Em novembro de 2021, o TRE aderiu à campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”. Criada em 2020, por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a campanha é um instrumento de denúncia contra a violência doméstica. O TRE-MG se une ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a outros 15 tribunais regionais eleitorais na campanha.

O programa de cooperação "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica" foi definido pela Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021, como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional.

A campanha tem como proposta um ato simples, mas que pode salvar muitas vidas. Com um “X” vermelho desenhado na palma de uma das mãos, as vítimas podem contar com o apoio em instituições públicas e privadas em todo o país, cujos atendentes, ao verem o sinal, imediatamente acionam as autoridades policiais.

O compromisso firmado com os órgãos de justiça no país permite que essas vítimas tenham liberdade de procurar ajuda em qualquer instituição, assim como já acontece em outras entidades e estabelecimentos comerciais. De acordo com o protocolo da campanha, quando a vítima apresentar qualquer gesto ou sinal, deve ser acionada a Polícia Militar, por meio do Disque 190.

As servidoras e os servidores do TRE receberam orientações e treinamento adequado para o acolhimento de pessoas nesses casos, por meio de acesso à cartilha e tutorial disponibilizados pelo CNJ/AMB.



O TRE aderiu à campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”.

3º Turno

Foram realizadas cinco edições do projeto 3º Turno, que tem como objetivo promover um espaço para o debate e a reflexão sobre o processo político-eleitoral brasileiro, com a realização de conferências, palestras e debates mensais em anos não-eleitorais.

O principal público do projeto são magistradas e magistrados, promotoras e promotores, estudantes, universitários, servidoras e servidores de tribunais e demais interessados.



Cine-café

O projeto Cine-café tem como objetivo principal promover discussões acerca de temas relacionados à cidadania, a partir de filmes previamente selecionados. Para participar dos debates, são convidados especialistas nos temas que, para além de destacarem as questões trazidas pelos filmes, estabelecem as necessárias correlações entre os temas e o nosso contexto social atual.





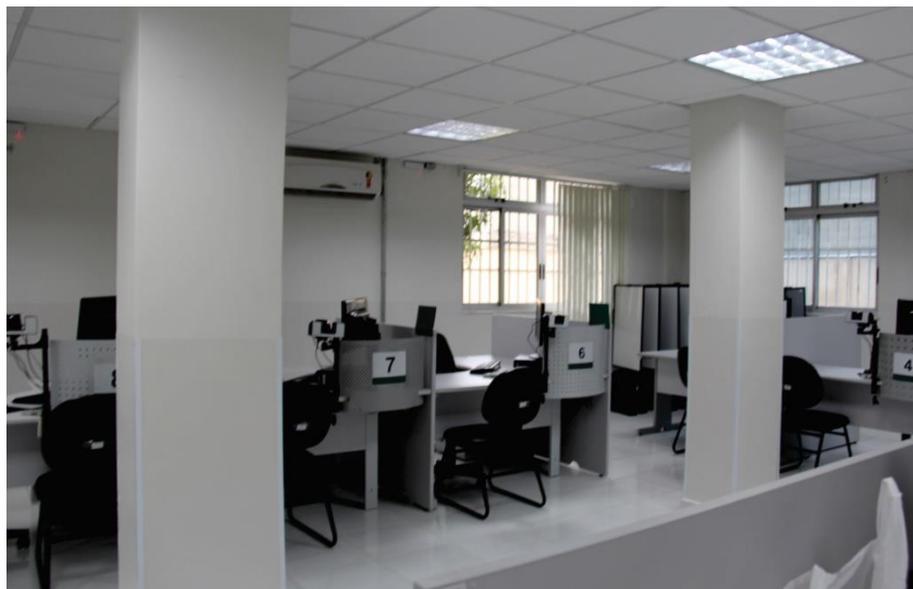
INFRAESTRUTURA

Reforma da CAE e dos cartórios de Venda Nova, em Belo Horizonte

Foi entregue a reforma da Central de Atendimento ao Eleitor da Região de Venda Nova, em Belo Horizonte. O imóvel, de propriedade da Justiça Eleitoral, está localizado na rua Padre Pedro Pinto, nº 5.020, bairro Mantiqueira, e conta agora com 14 guichês para atendimento aos eleitores.

No local funcionavam anteriormente os cartórios e a Central de Atendimento. Com a mudança dos cartórios para outro imóvel, mais adequado, o espaço foi reformado para abrigar exclusivamente a Central de Atendimento aos eleitores. “A nossa preocupação é a de bem atender os muitos eleitores que buscam a Justiça Eleitoral na região e facilitar a vida da população. Buscamos fazer uma gestão mais próxima dos cartórios”, afirmou o presidente do Tribunal.

Na região de Venda Nova há dois cartórios eleitorais: a 38ª Zona Eleitoral e a 334ª Zona Eleitoral, que são responsáveis por 243 mil eleitores. Com a possibilidade de atendimento aos eleitores em qualquer cartório de Minas, a Central de Atendimento recebe também eleitores de cidades vizinhas, como Ribeirão das Neves e Vespasiano, o que gera grande movimento no local.



Foro Eleitoral de Belo Horizonte

Em virtude da reestruturação, promovida em maio de 2021 pela atual gestão do Tribunal (Res. 1.188/2021), o Foro Eleitoral passou a ser uma unidade e, por isso, houve a necessidade de alocação em um ambiente adequado aos trabalhos de interlocução entre os cartórios eleitorais e as unidades da Secretaria e atividades de gestão e gerenciamento. Também o Núcleo de Assessoramento em Feitos Criminais foi reposicionado (do Edifício Sede para o Edifício Pio Canedo) em virtude das atividades que realiza.

Em síntese, foi construído um espaço adequado para as atividades do Foro Eleitoral e do NAFEC, o que representa a efetivação física da mudança promovida pela reestruturação. Interessante observar que anteriormente o Foro não tinha um local específico de trabalho, já que as atividades eram acumuladas pelo chefe de cartório da Zona Eleitoral responsável.

Foi feita a divisão do espaço, com a instalação de drywall com isolamento acústico, pontos lógicos e de energia e estações de trabalho adequadas às atividades das unidades. O espaço era anteriormente ocupado pela Sala de Audiências, no pilotis (3º andar do Edifício Pio Canedo), que foi realocada em um espaço de uma sala de reuniões localizada no sétimo andar.



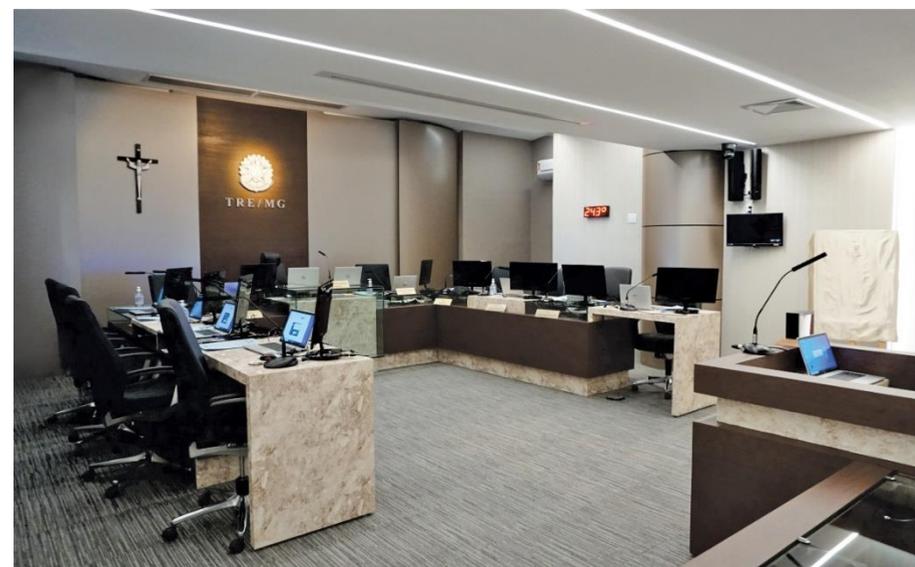
Sala de Sessões

A Sala de Sessões do TRE passou por obras de modernização no início de 2022, especialmente para propiciar a melhor transmissão das sessões de julgamento. Houve a ampliação do sistema de câmeras para melhoria das transmissões; a instalação de um novo sistema de som, com novas caixas acústicas; a troca de toda a iluminação da sala, para obtenção de melhores condições de visibilidade e orientação no ambiente. Além disso, foi trocado todo o revestimento da sala, por um revestimento acústico de fácil manutenção e limpeza.

Também foi criada uma sala de edição, com acesso visual ao plenário e equipamentos para coordenação das transmissões. Foi preparado um local apropriado para os intérpretes de libras. E, por fim, foram aumentadas as mesas dos juízes, com acréscimo de mais dois lugares, a fim de comportar os juízes eventualmente convocados para os julgamentos; para utilização dos juízes auxiliares, no período eleitoral; bem como para serem utilizados por autoridades convidadas para as sessões solenes que acontecem no espaço.

A reforma da sala de sessões permitiu o início das sessões de julgamento híbridas, um misto de sessão por videoconferência (juízes e/ou advogados acessando de forma remota) e presencial, com pessoas na plateia.

O presidente do Tribunal, desembargador Marcos Lincoln dos Santos, e os demais integrantes da Corte Eleitoral participaram da solenidade de reinauguração e verificaram todas as alterações que foram implementadas. Em seu discurso, o desembargador ressaltou que o objetivo da obra foi o de trazer melhorias na qualidade de trabalho para os integrantes da Corte, servidores e advogados.





JUSTIÇA
ELEITORAL



ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Além das eleições gerais e municipais que acontecem a cada quatro anos, existem também as eleições suplementares. Elas estão previstas no parágrafo 3º, artigo 224, do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), segundo o qual devem ser marcados novos pleitos sempre que houver, independentemente do número de votos anulados e após o trânsito em julgado, “decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário”.

Entre junho de 2021 e junho de 2022 foram realizadas eleições suplementares em cinco municípios mineiros:

São Gonçalo do Sapucaí

No dia 4 de julho de 2021, os eleitores de São Gonçalo do Sapucaí (Sul de Minas) voltaram às urnas para eleger prefeito e vice. O pleito de 2020 tinha sido anulado pela Justiça Eleitoral porque o candidato que recebeu a maioria dos votos válidos teve o registro de candidatura indeferido. São Gonçalo do Sapucaí tem 18.835 pessoas aptas a votar no domingo para escolher entre duas chapas.

Para as eleições suplementares foram utilizadas 55 urnas eletrônicas e mais 14 de contingência. A organização dos trabalhos de votação foi conduzida pela 253ª Zona Eleitoral, que convocou 220 mesários para atuar nas 55 seções eleitorais, distribuídas em 13 locais de votação.



Antônio Carlos e Ibertioga

No dia 1º de agosto de 2021 foi a vez das eleitoras e eleitores de Antônio Carlos e Ibertioga, na Zona da Mata, elegerem novos prefeito e vice. Nos dois municípios, que pertencem à 24ª Zona Eleitoral, foram marcadas eleições suplementares porque os candidatos mais votados em 2020 tiveram o registro de candidatura indeferido.

A eleição nas duas cidades mobilizou uma estrutura significativa, conforme o quadro abaixo:

Município	Antônio Carlos	Ibertioga
Eleitorado apto	9.485	4.887
Locais de votação	11	5
Seções eleitorais	28	13
Seções com acessibilidade	1	1
Urnas eletrônicas	28	13
Mesários	112	52
Profissionais de apoio	16	9



Eleições Suplementares Antônio Carlos



Eleições Suplementares Ibertioga

Pedra do Anta

Os eleitores de Pedra do Anta (Zona da Mata) voltaram às urnas para eleger prefeito e vice no dia 12 de setembro de 2021. As eleições de 2020 no município foram anuladas pela Justiça Eleitoral porque a prefeita eleita teve o registro de candidatura indeferido.

No município da Zona da Mata mineira 3.096 pessoas estavam aptas a votar para escolher entre duas chapas. O município tem 8 seções eleitorais, distribuídas por 3 locais de votação. Foram utilizadas 8 urnas eletrônicas e mais 5 de contingência. Para organizar os trabalhos de votação, foram convocados 32 mesários.



Japaraíba

A cidade de Japaraíba (Centro-Oeste de Minas) passou por eleições suplementares no dia 3 de abril de 2022.

No intuito de acompanhar de perto o trabalho de realização de uma eleição suplementar na Presidência do Tribunal, o desembargador Marcos Lincoln, acompanhado do vice-presidente e corregedor, desembargador Maurício Soares, estiveram na cidade de Japaraíba no dia do pleito. Os dirigentes puderam observar a movimentação de eleitores durante a votação e a emissão do boletim de urna de uma sessão eleitoral localizada na Escola Estadual Padre Pedro Lamberti.

O presidente do Tribunal falou da alegria que foi compartilhar os trabalhos da eleição, e agradeceu todo o serviço desempenhado pelo juiz eleitoral, servidoras e servidores do cartório eleitoral e, especialmente, pelas mesárias e mesários que são “os agentes da democracia”.

Quando da emissão do boletim de urna, Marcos Lincoln ressaltou que o documento “é o símbolo da transparência e da certeza que o processo eleitoral é íntegro”. E, no caso de Japaraíba, “temos o exemplo de que o sistema garante a lisura e garante a transparência do processo eleitoral: com apenas nove seções eleitorais, em poucos minutos após o fim da votação, é possível reunir as informações de todos os boletins de urna, e já estará representado o resultado da eleição. Tudo de forma transparente e simples. Assim é a atuação da Justiça Eleitoral”.





ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS

A solicitação de empréstimo de urnas eletrônicas pode ser feita por entidades públicas organizadas, como autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, entidades paraestatais e instituições de ensino. Por ocasião do pedido, é analisada a viabilidade técnica para a realização da eleição, assim como o prazo necessário entre o encaminhamento do pedido e a efetiva realização do pleito, entre outros requisitos.

Esse tipo de eleição denomina-se “eleição parametrizada”. Ela está regulamentada na Resolução TRE-MG nº 745/2009. Entre junho de 2021 e junho de 2022, o TRE-MG viabilizou a realização de três importantes eleições parametrizadas:

Ordem dos Advogados do Brasil/MG

No dia 27 de novembro de 2021, foram realizadas as eleições da OAB-MG com o empréstimo de 667 urnas para 377 seções eleitorais, sendo 290 urnas de contingência. A Justiça Eleitoral mineira tanto atuou na orientação aos mesários que participaram do pleito, quanto nos procedimentos técnicos relacionados à urna eletrônica e à identificação dos votantes.

A votação foi realizada em 245 municípios, onde existem sedes de subseções da entidade. O advogado Décio Mitre, Presidente da Comissão Eleitoral da OAB-MG, ressaltou que “a importância da utilização das urnas eletrônicas, nesta que é a maior eleição realizada pela OAB no Estado, se deveu à confiabilidade, agilidade e segurança de todo o processo que vem sendo realizado, em eleições oficiais, pela Justiça Eleitoral. O sistema eletrônico se mostrou o mais adequado para garantia de eleições transparentes e seguras”.



Eleições parametrizadas OAB - carga das urnas

Associação dos Magistrados Mineiros



No dia 3 de dezembro de 2021, o TRE-MG também emprestou urnas para a realização das eleições da Associação dos Magistrados Mineiros. Foram montadas duas seções de votação, onde 518 eleitores puderam votar em uma das duas chapas que concorreram ao cargo. A utilização das urnas agilizou a apuração e ainda garantiu a lisura do pleito.

No dia 3 de dezembro de 2021, o TRE-MG também emprestou urnas para a realização das eleições da Associação dos Magistrados Mineiros. Foram montadas duas seções de

Tribunal de Justiça de Minas Gerais



No dia 29 de abril de 2022 foi a vez do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizar eleições para a escolha dos novos dirigentes da entidade (presidente, vice-presidentes e corregedor) e para integrantes do Conselho de Magistratura e do Órgão Especial com vinte e cinco urnas eletrônicas cedidas pelo TRE-MG, sendo cinco de contingência.

A Seção de Sistemas Eleitorais do TRE preparou as urnas eletrônicas, cuidando, por exemplo, da inserção dos dados dos votantes e dos candidatos (carga das urnas) e prestando todo o suporte durante a realização da eleição e apuração dos resultados, de forma presencial no TJMG.

Encerradas as votações, o atual presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, convidou o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE-MG, e o desembargador Maurício Soares, vice-presidente e corregedor eleitoral, para acompanharem a apuração dos votos. O presidente do TJ destacou que “As urnas eletrônicas garantiram não apenas celeridade à votação, como também confiabilidade ao processo eleitoral. Essa parceria com o TRE-MG é fundamental para o atendimento ao cidadão e deve ser expandida para outras áreas de atuação”.



PREPARAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES 2022

Capacitação



O Programa FOCO Eleitoral foi lançado em setembro de 2021 com o objetivo de oferecer capacitação, também para preparação para as eleições, em temas ligados às atividades da Justiça Eleitoral, para que magistradas e magistrados, servidoras e servidores estejam cada vez mais preparados para exercer suas funções e prestar um bom serviço à sociedade.

A juíza Lívia Borba, diretora da Escola Judiciária Eleitoral, ressalta que “Esse é o principal projeto da atual gestão do TRE. Temas como segurança do processo eletrônico de votação e desinformação são muito atuais e merecem uma reflexão”.

Para além dos treinamentos promovidos nos módulos EAD específicos para todo o público interno, foram realizadas palestras presenciais com grandes nomes e temas de relevante interesse para a sociedade.

Antonio Anastasia



No dia 27 de setembro de 2021, o à época senador e atual conselheiro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antonio Anastasia abriu a programação do FoCo Eleitoral com a palestra com o tema “Desafios Contemporâneos do Estado Brasileiro”. Anastasia tratou em sua palestra de três questões: reforma política, gestão pública e segurança jurídica.

O presidente, em sua manifestação, ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pela Escola Judiciária do TRE e anunciou a criação do programa

FOCO, para capacitação prática e doutrinária, como um dos principais objetivos da sua gestão, idealizado especialmente para a eleição.

Desembargador Gilson Lemes



No dia 25 de outubro de 2021, também como parte da programação do FOCO Eleitoral, foi realizada a palestra “Gestão para a cidadania: o papel do planejamento estratégico no fortalecimento do Judiciário com a sociedade”, com o desembargador Gilson Lemes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como palestrante. O também desembargador do TJMG Jaubert Carneiro Jacques atuou como debatedor, e o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE-MG, fez a abertura do evento.

O objetivo do evento foi o de destacar que o papel das magistradas e magistrados, servidoras e servidores não se restringe à atuação judicial nos processos e organização de atividades diretamente relacionadas às eleições. Eles também precisam atuar como gestores, administrando bem os recursos disponíveis para oferecer a melhor prestação de serviços à sociedade.

Ministra Maria Claudia Bucchianeri



Min. Maria Cláudia Bucchianeri

No dia 10 de dezembro de 2021, a ministra substituta do TSE Maria Claudia Bucchianeri esteve no TRE-MG para uma palestra sobre o tema “Novas modalidades de abuso: poder religioso, redes sociais e fake news”. O desembargador Ramon Tácio atuou como debatedor. O evento também fez parte da programação do FOCO Eleitoral. TRES e o TSE vêm lidando, há pouco mais de dez anos, com casos que envolvem abusos praticados por líderes religiosos ou instituições religiosas, visando influenciar o voto de grupos de eleitores, como eventos religiosos em que um candidato

tem espaço para falar sobre seus projetos. E também situações em que líderes permitem o acesso de apenas um ou alguns candidatos às suas comunidades durante o período de campanha.

Em seu discurso, o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE, agradeceu a presença da ministra Maria Claudia e afirmou que “continuaremos trabalhando forte para coibir a disseminação de desinformação, bem como para vedar e punir qualquer forma de abuso, atuando nos termos da lei, sempre respeitando os princípios do Estado Democrático de Direito”.

Ministra Cármen Lúcia

No dia 18 de março de 2022, a ministra do STF Cármen Lúcia, que também é integrante substituta do TSE, esteve no TRE-MG para proferir palestra sobre “Os Avanços da Justiça Eleitoral”. A aula magna fez parte da programação do FOCO Eleitoral.

A ministra Cármen Lúcia ponderou que a Justiça Eleitoral fez o que foi necessário fazer em 2020, quando, no meio de uma pandemia, conseguiu que 140 milhões de eleitores, num domingo, votassem. Em 2022, será mais difícil do que os dois últimos, mas a Justiça Eleitoral “irá fazer o que for necessário fazer”, de maneira correta, séria. “A Justiça Eleitoral é um exemplo de como nós somos capazes de realizar feitos que ninguém no mundo foi capaz de fazer”, afirmou a magistrada. “Porém, juiz não faz milagre, faz direito”, completou.

Em seu discurso, o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE, agradeceu a presença da ministra e a “verdadeira aula sobre a Justiça Eleitoral do nosso país, com reflexões que servirão de norte para os profissionais do Tribunal, às juízas e juizes eleitorais, às candidatas e candidatos”. Fez questão ainda de ressaltar a vida acadêmica e profissional da ministra.

A desembargadora Paula Cunha e Silva atuou como debatedora no evento.



Min. Cármen Lúcia

Treinamento - FoCo Eleitoral capacitação à distância

A Escola Judiciária Eleitoral desenvolveu ainda um ciclo de treinamentos à distância dentro do programa Formação Continuada Eleitoral (FoCo) – Eleições 2022 com o objetivo preparar nossas servidoras e servidores, juízas e juízes eleitorais, para a preparação para as eleições deste ano.



Palestra do programa Formação Continuada Eleitoral (FoCo) Eleitoral com a ministra Cármen Lúcia

Nos cursos foram contemplados temas de interesse da Justiça Eleitoral e que são importantes para a adequada preparação do corpo de magistradas e magistrados, servidoras e servidores desta Justiça Especializada.

Os cursos destinados às magistradas e magistrados foram divididos em três módulos:

- Enfrentamento à desinformação.
- Propaganda e poder de polícia.
- Segurança do processo eletrônico de votação.

Para as servidoras e servidores dos cartórios eleitorais, o programa “FoCo Eleitoral-Eleições 2022” abriu o ciclo de preparação com o curso “Planejamento e Organização dos Atos Preparatórios das Eleições 2022”, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Gestão de Atos Eleitorais e Partidários (SGE). O curso teve como objetivo o planejamento e execução dos atos preparatórios das eleições com mais efetividade. Participaram dessa capacitação 522 servidores.

Treinamento - Antes do Voto

Com o objetivo de preparar os públicos de relacionamento da instituição para as eleições, também foi desenvolvida mais uma edição do projeto “Antes do Voto”.

Foram planejados treinamentos presenciais e à distância para promotores, contadores, operadores do direito e forças policiais, com informações de referência relacionadas à atuação de cada público no pleito.

antes do
VOTO

Acompanhamento e desenvolvimento de ações a partir da avaliação das Eleições

Secretaria especializada em eleições

Para dar maior sustentação aos trabalhos diretamente relacionados às eleições, foi desenvolvida uma Secretaria voltada para as eleições. As alterações implementadas no perfil da Secretaria de Gestão de Atos Eleitorais e Partidários foram decorrentes de percepções desenvolvidas durante o processo eleitoral, quando se identificava que alguns processos de trabalho de eleição eram destinados a determinadas áreas sem estarem definidos em suas atribuições regulamentares, causando descontinuidade administrativa e perda de conhecimento institucional. Dentre esses processos, encontravam-se a gestão da atuação dos mesários, a auditoria da votação paralela, o mapeamento de ambientes de eleição, a comissão apuradora, a Central das Eleições e a avaliação das eleições.

Programa de Enfrentamento à Desinformação

O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do TRE-MG foi instituído em março de 2022 pela Portaria 56/2022 com o objetivo de prevenir e enfrentar, de forma constante, a desinformação contra a Justiça Eleitoral de Minas Gerais.

Esse programa representa uma evolução institucional no enfrentamento à desinformação, buscando o aprimoramento das estratégias e a atuação multidisciplinar do TRE Minas nesse sentido. Com uma organização em rede, o Tribunal pretende, com diretrizes claras para prevenção e enfrentamento à desinformação, promover o alinhamento das iniciativas institucionais relacionadas ao tema.

O programa foi desenvolvido com base no direcionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e todo o trabalho será feito de forma a complementar e amplificar as iniciativas nacionais, considerando as especificidades locais.

Premissas:

- Alinhamento ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral;
- Alinhamento de discurso institucional quanto à desinformação;
- Adoção de estratégias multissetoriais para o enfrentamento à desinformação.



Gabinete Institucional de Segurança das Eleições 2022

Foi instituído pela Portaria Conjunta 64/2022, já em abril de 2022, o Gabinete Institucional de Segurança para as Eleições 2022. O Juiz Paulo Tamburini foi designado para coordenar o Gabinete Institucional de Segurança por meio da Portaria PRE 78/2022.

O Gabinete é integrado por representantes do TRE-MG, Procuradoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária.

A primeira reunião do grupo foi realizada no início de junho de 2022, para garantir a antecedência necessária à preparação das Eleições 2022. O objetivo do gabinete é coordenar, administrar, padronizar e comandar as ações de segurança das eleições no estado de Minas Gerais, sem prejuízo das competências e atribuições dos juízes eleitorais. As instituições envolvidas irão se dedicar, em especial, a planejar e assegurar a segurança de locais de votação e ambientes de atuação da Justiça Eleitoral, apurar crimes eleitorais e monitorar episódios de desinformação a respeito do processo eleitoral.



Conecta Zona

Seguindo um dos principais objetivos da gestão, que foi o de melhorar as condições de trabalho na primeira instância, os cartórios eleitorais receberam telefones celulares institucionais. Os aparelhos têm sido fundamentais para a execução das atividades, especialmente no período eleitoral.



O projeto tem como principal objetivo o de garantir maior segurança e facilidade durante os atos preparatórios das eleições em todo o Estado. Nos cartórios eleitorais, o celular institucional faz a diferença no trabalho de comunicação com eleitores, colaboradores, advogados, candidatos e representantes de partidos.

E não foram adquiridos apenas celulares. O serviço de telefonia compreende ainda tablets que funcionam com serviço de telefonia móvel, o que permite acesso à internet e à comunicação entre celulares ou entre um celular e um telefone fixo.

Infraestrutura tecnológica para o pleito

Com objetivo de garantir a infraestrutura tecnológica para o pleito, foram desenvolvidas diversas ações.

Entre os projetos desenvolvidos, estão a Reformulação do 9Tempos e do Planejamento de eleições, com a criação do sistema Novos Tempos; a otimização da infraestrutura para treinamento de eleições, cadastro eleitoral, sistemas de apoio às eleições, sistemas eleitorais, aplicativos de urnas, aceite e logística de urnas e ações voltadas às sugestões e correções geradas pela Avaliação das Eleições.



Também foi feita a migração do sistema operacional Windows 7 para Windows 10 em todas as zonas eleitorais: a atualização possibilita que as zonas eleitorais tenham mais computadores compatíveis com os sistemas eleitorais, cuja execução requer o Windows 10, dando mais celeridade na preparação dos ambientes e atividades relacionadas às Eleições 2022. Ação executada pela Seção de Suporte Operacional (SESOP).

Realização de testes de desempenho da totalização. Nesses testes, os sistemas eleitorais são sobrecarregados, por meio do envio de todos os arquivos de urnas de todas as seções eleitorais, utilizando exclusivamente o Sistema Transportador WEB. O objetivo é avaliar a capacidade da rede e dos sistemas.

Campanha de Regularização dos títulos cancelados

Atento ao número de eleitores com o título cancelado faltando um ano para as eleições, foi lançada, em setembro de 2021, campanha para estimular a regularização. Foram produzidos vídeos, spots para rádio e diversas postagens para redes sociais. Também foi feito intenso contato com a imprensa, com diversas entrevistas.



Escuta Minas

O desenvolvimento das atividades e a valorização do Grupo Escuta Minas foi mais uma ação com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços eleitorais prestados por meio da valorização das zonas eleitorais. Com a participação de servidoras e servidores que representam Belo Horizonte, a região metropolitana e mais oito regiões do estado, o grupo atua na construção de soluções e enfrentamento de desafios, advindos da prestação dos serviços públicos eleitorais.

O Grupo Escuta Minas é uma forma das zonas eleitorais participarem, de forma ordenada e sistêmica, na elaboração dos atos da administração que os atingem. Na atual gestão a iniciativa foi de fato implementada e o grupo já participou de boa parte do trabalho de organização das eleições



INSTITUCIONAL

Reuniões Nacionais

Abril de 2022

O desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE-MG, e o diretor-geral da instituição, Maurício Caldas, estiveram em Brasília em abril de 2022 para participar de uma reunião convocada pelo ministro Edson Fachin, presidente do TSE, com os presidentes e diretores dos Tribunais Regionais Eleitorais da Região Sudeste.



O ponto central da reunião foi a importância do diálogo entre os representantes da Justiça Eleitoral em todo o país para a coordenação das atividades e para garantir eleições seguras e legítimas. De acordo com Fachin, a preocupação principal para as Eleições 2022 é garantir a segurança e a paz das cidadãs e dos cidadãos brasileiros. “Não vamos aguçar o circo de narrativas conspiratórias das redes sociais, nem animar a discórdia e a desordem, muito menos agendas antidemocráticas”, alertou.

Os presidentes dos Regionais fizeram uma breve apresentação dos principais projetos em andamento em cada Tribunal. Em sua fala, o desembargador Marcos Lincoln falou sobre o fato de Minas Gerais ser um estado muito grande, com 853 municípios e 304 zonas eleitorais, e a preocupação de verificar as necessidades de cada local, para “preparar o pleito de 2022 da melhor forma possível e assegurar a realização de um processo eleitoral íntegro e seguro”.

Junho de 2022

O desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do TRE-MG, participou, no dia 06 de junho, de encontro convocado pelo presidente do TSE, ministro Edson Fachin, com os comandantes dos 27 Regionais Eleitorais. Durante a reunião, o ministro Fachin reafirmou o compromisso da Justiça Eleitoral na realização das Eleições 2022 em paz e com segurança.

A importância do combate às notícias falsas disseminadas com o intuito de atacar a credibilidade das eleições brasileiras também foi tema do encontro. Logo na abertura, Fachin agradeceu o trabalho de todos e destacou a importância do diálogo: “Esse intercâmbio de informações e a atuação coordenada de todos os tribunais eleitorais do país são fundamentais para a condução eficaz do processo eleitoral e, igualmente, para a defesa das nossas instituições democráticas, nesse período turbulento de nossa história” disse.

Segundo ele, para um país com dimensões continentais, em que cada região guarda suas especificidades, a organização das eleições é um desafio em si mesmo. “Mas, estamos seguros de que a Justiça Eleitoral brasileira está preparada para garantir a paz e para assegurar o resultado vindo das urnas, respeitando-se a soberania popular”, disse.

O desembargador Marcos Lincoln, presidente do TRE-MG, reforçou que “Sabemos que o momento é desafiador e histórico, que as dificuldades e os desafios são enormes, porém, com trabalho árduo e responsável, serão superados”.

Viabilização dos dados para realização da consulta popular de Brumadinho

Em outubro de 2021, o TRE-MG ajudou a viabilizar a realização de consulta popular para a reparação socioeconômica em Brumadinho e outros 25 municípios atingidos pelo rompimento de uma barragem da Vale, em janeiro de 2019. Cerca de R\$3,4 bilhões serão aplicados pela Vale em projetos de reparação definidos a partir da opinião da população desses 26 municípios.

O Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão do Governo de Minas e coordenador do Comitê Pró-Brumadinho, Luiz Otávio Milagres, destacou que “sem a participação do TRE, esse processo não seria possível. As informações cedidas pelo Tribunal foram as principais referências para confirmar as pessoas que poderiam participar da consulta”.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, também agradeceu a colaboração do TRE. “A consulta utilizou os dados da Justiça Eleitoral para dar segurança e legitimidade à definição de quem tem o direito de votar”, ressaltou.

O desembargador Marcos Lincoln dos Santos falou sobre a importância da participação do TRE na elaboração da consulta: “os dados que fornecemos dão efetividade a esta iniciativa, permitindo que a população de cada município decida o que será feito para minimizar os impactos da tragédia”.



Presidente do TRE-MG participa de apresentação da consulta popular para a reparação socioeconômica em Brumadinho e outros 25 municípios

Parceria com o TSE (ICN)

Em novembro de 2021, o TRE-MG, o TSE, o Governo de Minas e a Polícia Civil de Minas Gerais assinaram um acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover o compartilhamento de dados biográficos e biométricos da população registrados pelas instituições.

Com o acordo, o Governo de Minas forneceu ao TSE dados biográficos e biométricos constantes da base de dados de identificação civil do Estado, para ampliação do projeto da Identificação Civil Nacional, que visa identificar os brasileiros com mais segurança e facilidade.

Já o TSE está possibilitando ao Governo de Minas o acesso às bases de dados da Justiça Eleitoral, para a conferência de informações de cidadãs e cidadãos que buscarem atendimento em órgãos do governo estadual, especialmente na identificação da população. E a consulta a dados biométricos ainda auxilia a Polícia Civil em atos de investigação, quando necessário.

O TRE ficou responsável por intermediar o repasse de dados entre o TSE e o Governo de Minas e auxiliar o governo estadual em treinamentos e no uso das ferramentas disponibilizadas pelo TSE.

O compartilhamento de dados respeita o interesse público, o sigilo das informações e os princípios estabelecidos no artigo 6º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

Na prática, o convênio contribui para o ICN, com o objetivo de facilitar a vida do cidadão em várias esferas, uma vez que servirá de base para comprovação de identidade em diversas instituições, tais como embarque em viagens nacionais utilizando a validação biométrica e prova de vida para beneficiários do INSS, por exemplo.



A ICN será um banco de dados único com informações dos cidadãos brasileiros e utilizará a base de dados biométricos da Justiça Eleitoral; do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc); da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional); dos institutos de identificação dos Estados e do Distrito Federal ou do Instituto Nacional de Identificação; ou, ainda, as informações disponibilizadas por outros órgãos, conforme definido pelo Comitê Gestor da ICN.

Parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais

No início de abril de 2022, também foi assinado um Acordo de Cooperação Mútua do TRE com a Polícia Militar de Minas Gerais, objetivando o intercâmbio de informações, a troca de documentos institucionais e a criação de uma Assessoria Militar na Justiça Eleitoral mineira. O acordo auxilia a instituição a reforçar ações de segurança dos prédios do Tribunal, servidoras e servidores, magistradas e magistrados.

De acordo com o presidente do TRE, desembargador Marcos Lincoln, a parceria entre a Polícia Militar e a Justiça Eleitoral em Minas, que já existe há tempos, vem se aprimorando e, além da necessária atuação logística e de segurança pública, é possível uma maior aproximação entre as instituições, o que agora se consolida com a criação de uma Assessoria Militar no TRE.



Parceria com o Corpo de Bombeiros

No início de junho, foi assinado Termo de Cooperação com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). A parceria tem por objetivo a implementação, nas unidades do Tribunal, em todo o Estado de Minas Gerais, de ações de prevenção contra incêndio, pânico e socorro, instrução da brigada de incêndio e medidas correlatas à segurança contra sinistros nas edificações.

O presidente do TRE explicou que todo o termo de cooperação foi pensado com base em estudos: “avaliamos que seria oportuno e premente trabalhar neste convênio para garantir a atuação do Corpo de Bombeiros no planejamento e na verificação das melhores ações de prevenção nas edificações do TRE-MG”.

Caberá ao Corpo de Bombeiros Militar, juntamente com os setores específicos do TRE, vistoriar as edificações e analisar as medidas de prevenção e combate a incêndio nas unidades do Tribunal. O acordo prevê ainda a assessoria técnica e administrativa na elaboração dos projetos destinados às edificações, quanto às normas de prevenção contra incêndio, bem como quanto aos trâmites legais relativos ao licenciamento, vistorias e obtenção do AVCB.



Assinatura do Termo de Cooperação do TRE-MG com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Acordo de cooperação com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais

O desembargador Marcos Lincoln dos Santos assinou, em maio de 2022, acordo de cooperação com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que prevê o compartilhamento de conhecimento e experiência técnica, visando a orientar e aprimorar a segurança institucional, as atividades de cerimonial e o incentivo à cultura da memória judiciária na Corte eleitoral mineira.

O desembargador Marcos Lincoln, presidente do TRE-MG, disse que, ao assumir a Corte eleitoral mineira, considerou necessário fazer algumas adequações aos setores de segurança institucional, cerimonial e memória. “Devido à expertise e larga experiência do desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, no início de minha gestão no TRE-MG, eu o convidei para dar uma assessoria em áreas estruturais. Essa cooperação rendeu frutos, daí a formalização e institucionalização do acordo”, disse.

De acordo com o documento assinado, caberá ao TJMG responsabilizar-se pela gestão das ações e das atividades relacionadas ao objeto do entendimento. O TRE-MG deverá providenciar e disponibilizar todos os recursos humanos e materiais pelas superintendências do TJMG ligadas à segurança institucional e ao cerimonial.

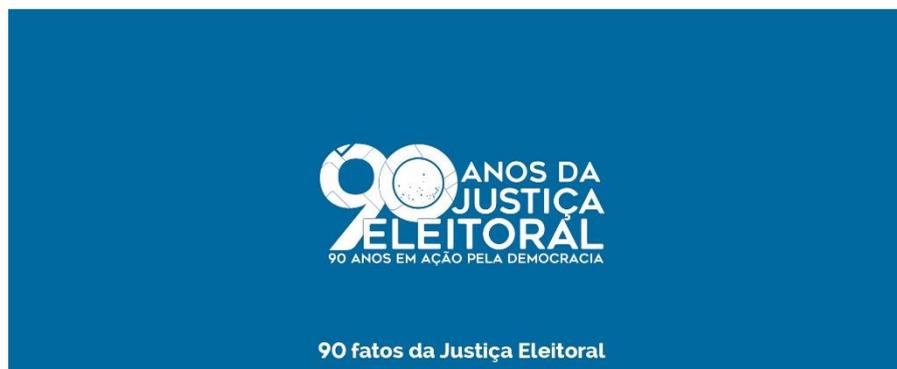


Desembargador Marcos Lincoln e Desembargador Gilson Lemes

90 anos da Justiça Eleitoral



Ao longo da gestão, foram realizadas diversas iniciativas para se comemorar os 90 anos da Justiça Eleitoral, lives, eventos presenciais e, ainda a edição da publicação “90 anos da Justiça Eleitoral – 90 anos em ação pela democracia”. O livro descreve 90 fatos relevantes da história da Justiça Eleitoral mineira e brasileira. A obra faz parte das comemorações dos 90 anos da Justiça Eleitoral.



90 anos do Voto Feminino no Brasil

No dia 24 de fevereiro foram celebrados os 90 anos de criação da Justiça Eleitoral no Brasil, que aconteceu por meio do Código Eleitoral promulgado em 1932. Naquele dia foi realizada a live "O Voto Feminino no Brasil - 90 anos".

Participaram do evento as desembargadoras do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Áurea Brasil e Juliana Campos Horta. A mediadora foi a juíza Lívia Borba, diretora da Escola Judiciária Eleitoral e o presidente do Tribunal, desembargador Marcos Lincoln, abriu os trabalhos.

Campanha para doação de materiais históricos

Entre as ações do programa em comemoração aos 90 anos da Justiça Eleitoral, a equipe do Centro de Memória do TRE desenvolveu uma campanha de arrecadação de materiais eleitorais. O objetivo é enriquecer o acervo da Memória Eleitoral, por meio da preservação de objetos que representam a história das pessoas e instituições que participam do processo.

Você tem algum documento ou objeto que ajuda a contar a história das eleições?

Que tal doar para o nosso Centro de Memória?

A memória multiplica quando compartilhada.

O Tribunal procura para recolhimento de materiais diversos que se relacionem com as atividades da Justiça Eleitoral, como documentos, fotografias, reportagens, livros e mobiliário, além de materiais de propaganda, como cartazes, santinhos, brindes e roupas.

A ação de incentivo à doação dos materiais contou com a participação de diversos órgãos públicos do estado, como o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Governo do Estado e Prefeituras.

Colégio de Ouvidores



Em dezembro de 2021, o TRE-MG recebeu o 13º Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral. O tema do encontro foi “Ouvidoria, Democracia e Inclusão Social” e contou com a

participação de ouvidoras e ouvidores do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais, servidoras e servidores das Ouvidorias Eleitorais. O desembargador Marcos Lincoln, presidente do TRE, participou da abertura do evento e ressaltou a importância das ouvidorias para o desenvolvimento institucional.

Foram debatidos assuntos de interesse geral das ouvidorias eleitorais, como boas práticas e ações para execução de medidas democráticas e de inclusão social. Também foram discutidos os temas: papel das Ouvidorias na participação democrática e na inclusão; a relação com comunidades afrodescendentes com objetivo de aprofundamento da democracia; e ouvidorias das mulheres.



Medalha do Mérito Eleitoral “Desembargador Vaz de Mello”

O desembargador Marcos Lincoln outorgou, no início de junho de 2022, a Medalha do Mérito Eleitoral “Desembargador Vaz de Mello” à ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal e ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral.

Na abertura da cerimônia, o desembargador Marcos Lincoln, presidente do TRE, afirmou que se sente honrado em receber tão ilustre homenageada, na condição de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, no ano em que se comemora os 90 anos da Justiça Eleitoral. Ressaltou a exemplar atuação profissional da ministra Cármen Lúcia, tanto no Tribunal Superior Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal. Agradeceu pelos “relevantes e imensuráveis serviços prestados à Justiça Eleitoral e ao Poder Judiciário do nosso país”.

Ao receber a medalha, a ministra Cármen Lúcia externou seu agradecimento afirmando que o TRE-MG é referência em matéria eleitoral no país. Ao citar os 90 anos da Justiça Eleitoral, fez um breve relato das conquistas obtidas desde sua instalação, em 1932, na construção da democracia no Brasil. Destacou os avanços na lisura, garantia de direitos e veracidade dos votos. Agradecendo tão grande distinção, encerrou afirmando: “saberei honrar a medalha que ora recebo”.

Em seguida, duas autoridades também fizeram uma saudação especial à ministra. Primeiro, o advogado Marcos Antônio Romanelli, amigo da homenageada, fez referência à grande qualidade “que é ser amiga de verdade”, e que a amizade não se mede pela distância ou pelo tempo de não se encontrar, mas sim por guardar do lado esquerdo do peito e dentro do coração.



O juiz de Direito do TJMG, iniciou a sua fala afirmando que o nome de “Vossa Excelência é folha preciosa no livro da história da República e do Poder Judiciário brasileiro, e, de uma forma ou de outra, chega a todos os cidadãos e cidadãs de nossa pátria. Disse, mais, de sua gratidão pelo privilegiado convívio e honroso aprendizado” com a homenageada. Destacou, ainda, as qualidades da ministra como jurista, professora e admirável defensora da causa humana. “Que a medalha outorgada pelo Tribunal possa refletir o reconhecimento pela admirável pessoa que ela é”, e finalizou dizendo que “a Justiça Eleitoral mineira é a sua casa”.

Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais outorgou à Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro, ministra substituta do TSE, a Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral “Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”. O Desembargador Marcos Lincoln dos Santos, presidente do Tribunal e diretor-superintendente da Escola Judiciária, fez a entrega da comenda.

O presidente fez o discurso de abertura da solenidade, ressaltando, inicialmente, a brilhante atuação profissional da homenageada, destacando, ainda, a dedicação ao magistério - que também era uma paixão pessoal do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, que dá nome a tão importante honraria.

O dirigente externou sua satisfação em poder homenageá-la outorgando a “Medalha Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”, demonstrando assim o quanto é importante e urgente a participação das mulheres em todos os segmentos da sociedade e poderes constituídos.

Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro agradeceu, emocionada, a homenagem. Citou que esse seria o momento para lembrar das pessoas que fizeram parte da sua jornada até aqui, e enfatizou que “ninguém passa incólume pela Justiça Eleitoral”.

Afirmou que neste momento profissional tem como bandeira retirar o manto de invisibilidade dos talentos femininos, possibilitando que mais mulheres se destaquem em sua atuação na Justiça Eleitoral.

Também saudaram a homenageada a advogada eleitoralista Ana Márcia dos Santos Melo, amiga pessoal da ministra, que, além de elogiar as qualidades profissionais da Maria Claudia, destacou a amiga leal, acolhedora, e sobretudo “generosa, que brilha sem ofuscar”. Destacou a atuação da ministra em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.



Entrega da Medalha de Honra Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira à Ministra Maria Claudia Bucchianeri



Tribunal Regional Eleitoral
de Minas Gerais